

MARXISMO E GEOGRAFIA

(A Geograficidade e o diálogo das Ontologias)*

RUY MOREIRA
Universidade Federal Fluminense

Por dois momentos deu-se o encontro entre o marxismo e a geografia na história do pensamento geográfico. O primeiro foi a década dos anos cinquenta, no imediato pós-guerra, com o grupo dos geógrafos franceses da geografia ativa (em seu contraponto com a geografia aplicada). O segundo, o recente dos anos setenta, que junta desde os ativistas do periódico *Antipode* da “geografia radical” até os geógrafos brasileiros da chamada “geografia crítica”¹. Num e noutro momento a relação foi profícua, estimulando a multiplicação de horizontes de olhares tanto na geografia quanto no marxismo, numa interação que de resto há tempos é corrente nos demais campos acadêmicos.

O primeiro momento centrou-se essencialmente no terreno da teoria do conhecimento. O segundo incursiona para mais além, ensaiando entrar no terreno da ontologia.

O propósito deste texto é analisar e pôr mais elementos nessa entrada onto-gnoseológica do segundo momento, pensando-o no plano comparado das ontologias do marxismo e da geografia. O leitor pode tomá-lo como um desdobramento de outro texto publicado no número 1 desta *GEOgraphia*, centrado no problema da dialética da diferença-identidade, tema onto-gnoseológico por excelência (MOREIRA, 1999).

* Este texto foi inicialmente escrito para subsidiar a mesa-redonda de mesmo título, realizada no 6º Congresso dos Geógrafos Brasileiros (6º. CBG, Goiânia, 2004), sendo aqui reescrito e ampliado para o fim desta publicação.

¹ Sobre a posição do autor acerca desse termo, ver Moreira (2000 e 2002).

O MARXISMO E A GEOGRAFIA

O marxismo

O marxismo pode ser definido como uma atitude crítico-superativa do capitalismo. Seu destino está por isto mesmo colado ao destino do capitalismo na história, no sentido de que enquanto houver capitalismo – e atitude anticapitalista –, haverá marxismo. Motivo que levou Sartre a afirmar ser o marxismo “a filosofia indestrutível de nosso tempo”. Sartre refere-se por “nosso tempo” ao tempo da vigência histórica do capitalismo.

Um equívoco costumeiro selou a sorte do marxismo ao destino da União Soviética – assim como o do capitalismo ao dos Estados Unidos. E, ainda, à forma tático-estratégica de ação anti-capitalista formulada pelos revolucionários nas condições de luta da Rússia pré-1917. Há o esquecimento de que o tema do marxismo é o tema do socialismo-comunismo, mas como atitude e *práxis* negadoras do capitalismo como forma de sociedade na história.

Uma outra correlação equivocada, dada a forma simplificada com que foi colocada, é a da ligação orgânica do marxismo com o movimento do operariado fabril, um enfoque histórico-datado do período industrial – período por nós designado de centralidade fabril – e, neste sentido redutor, do conceito de classe trabalhadora e do trabalho de Marx. Vale lembrar que a instituição criada por Marx para unificar o movimento anti-capitalista no contexto conjunto da Europa do século XIX designou-se Internacional dos Trabalhadores, termo mais genérico para proletariado que o de operariado fabril, que Marx, a rigor, só conhece nos quadros do capitalismo inglês, e tal como hoje o conhecemos somente surgirá na virada do século XIX para o XX, Marx morto, trazido pela segunda Revolução Industrial, e só Engels o conhecerá.

Correlacionado ao capitalismo no sentido dialético da sua negação na história – donde estar correlacionado à forma da luta anti-capitalista e ao projeto de uma sociedade a ele antípoda – o olhar do marxismo muda e se atualiza na história, reestruturando-se no modo como o lê, na linguagem analítica que usa e no formato das lutas com que o enfrenta a cada mudança do capitalismo na história.

Desse modo, atualiza-se e desatualiza-se, permanentemente, numa sucessão cíclica de atualidade-desatualidade, fluxo-refluxo, em cuja medida joga com sua presença e prestígio nos foros da sociedade, também por isso mesmo cíclicos.

A geografia

A geografia pode ser definida como a atitude de representação e reflexão analíticas do homem-no-mundo, a partir do modo como este nele organiza sua relação com a sociedade e a natureza – portanto consigo mesmo – no vir-a-ser do processo

evolutivo da história. Refere-se, pois, à contextualidade e existencialidade – diremos à geograficidade – espacial do homem no mundo, condição que difere aqui e ali de acordo com as estruturas da história.

Também aqui há que fazer-se referências a equívocos. E o equívoco mais costumeiro é o que vincula a geografia ao ambientalismo e/ou ao regionalismo, fruto de uma leitura que analisa o mundo numa relação que vai de fora para dentro, isto é, da natureza para o homem e do espaço para o homem, seja no tocante à determinação global da natureza e seja com respeito à determinação pontual dos distintos recortamentos espaciais da superfície terrestre.

De modo que a geografia raramente é vista por seus próprios teóricos como uma *praxis* governada pela consciência do ser-estar do homem-no-mundo e, assim, tal como o marxismo, como uma teoria da ação (não confundamos com militatismo).

OS CRUZAMENTOS

Três categorias gerais têm em comum o marxismo e a geografia numa perspectiva ontológica: a natureza, o trabalho e o homem. Três categorias ontológicas fundamentais. E têm os marxistas e os geógrafos, como o tiveram nos anos cinquenta e agora nos anos setenta, visões ora coincidentes e ora dissonantes quanto a cada uma delas, denotando proximidades e distanciamentos.

Não é coincidente a visão que têm da natureza: a natureza na geografia é um substrato e arsenal de recursos naturais úteis para fins de subsistência e sobrevivência dos homens em sociedade; no marxismo, é uma categoria antes de mais ontológica, que adquire sentido econômico na vida prática enquanto valor-de-uso e valor-de-troca. Há no plano prático do cotidiano das sociedades uma identificação de olhares que talvez seja fruto da identidade comum de Marx e geógrafos com a concepção de geografia vinda de Carl Ritter, Hegel por detrás, já analisada por Santos (1978). O marxismo abre-se, portanto, para uma concepção mais lata de natureza que a da geografia, pondo-a para além da dimensão gnoseológica, ao situá-la no interior do metabolismo do trabalho, e, então, como antropologia e fundamento da constituição ontológica do ser do homem.

Mas são dissonantes, sobretudo, quanto à concepção de trabalho e de homem. O trabalho é concebido pelos geógrafos como a pletora das atividades por intermédio das quais os homens transformam a natureza-arsenal em meios de vida e sobrevivência, pondo nesse plano prático a relação homem-meio. Nesta forma de entendimento, homem e meio se relacionam pela mediação do trabalho, concebendo-se o trabalho como uma categoria da mediação. Já os marxistas vêem o trabalho como a relação metabólica homem-meio mediante o qual se dá o processo da hominização do homem via a ação trabalho pelo próprio homem. Homem e meio interacionam numa relação de troca metabólica, sendo o trabalho este metabolismo, uma categoria de sentido antroponológico, como mencionado. Trata-se de uma cen-

tralidade ontológica do trabalho por muito tempo obscurecida pela simplificação econômica, que aproximou o conceito do trabalho no marxismo do sentido de mediação econômica, tão cara à geografia.

Já no conceito do homem, se para os marxistas há nítida clareza conceitual já a partir da sua condição de sujeito e objeto da sua própria história, num processo auto-poietico, para os geógrafos o homem é uma categoria de concepção plural e vaga – indo desde o homem-habitante ao homem-população (MOREIRA, 2004: capítulo 2) –, sendo a mais vaga talvez dentro o universo dos conceitos-chave com que seu pensamento opera em sua busca da compreensão do mundo.

OS TERMOS DE UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Analisemos mais pormenorizadamente estes encontros-dissonâncias no sentido respectivo das ontologias.

A natureza é vista como fonte de riqueza seja na geografia e seja no marxismo corrente. A geografia se limita a este horizonte. O marxismo, entretanto, transborda o sentido econômico para o ontológico, e não só do homem.

A riqueza pode ser concebida como tudo quanto satisfaça às necessidades e desejos de constituição da vida dos homens em sociedade. Tem um sentido de mundanidade, de um ser-estar-da-natureza-no-mundo enquanto uma infinidade de valores-de-uso que substancializa o metabolismo do trabalho personificado na presença do homem. Vista no plano restrito da vida prática do “oikos”, a natureza é assim o pressuposto da conversão dos valores-de-uso em valores-de-troca na economia de mercado. É essa fronteira da natureza e da riqueza com o valor-de-uso com que o homem prático a vê, a origem da transliteração da natureza para o sentido econômico mais puro de um arsenal-de-recursos-naturais, que a geografia vai retirar da economia vulgar. E uma certa vulgarização econômica do marxismo a acompanha. Já a leitura pura e simples da riqueza e da natureza como valor de sentido mercantil é de extração recente na história, fruto do nascimento da economia política que acompanha o nascimento da economia de mercado moderna, como analisada por Foucault (FOUCAULT, 1985 e 1986). Vê-se, num e noutro caso, que riqueza é um conceito histórico, sendo uma coisa nas sociedades centradas na economia do mercado e outra nas sociedades que incluem as trocas em seus movimentos, mas sem centração de suas estruturas e movimentos nela (CORDEIRO, 1995). No que a acompanha o conceito de natureza. É este sentido comum o que segue a geografia e compartilha o marxismo economicizado de extração recente.

No marxismo a natureza converte-se em valor no momento do metabolismo do trabalho. De modo que diante do trabalho, encontram-se as duas fontes do valor-de-uso: a natural e a social. Marx é explícito na igual importância que atribui a ambas as fontes. E esclarece este ponto em duas ocasiões conhecidas. A primeira, numa das passagens da *Crítica ao Programa de Ghota*, de 1883, em que explicita

suas discordâncias teóricas com o programa político com que se unificam as duas frações em que o movimento operário então se dividia na Alemanha. Aí, afirma: “O trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é, tanto quanto o trabalho, fonte dos valores de uso (e é precisamente nisso que consiste a riqueza material)” (MARX, 1975: 15). A segunda, está no *O Capital*, onde diz: “O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Conforme William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra” (MARX, 1985). Em ambas oportunidades, fica explícito o vínculo do conceito de natureza e do trabalho com o de riqueza como de valor-de-uso para Marx: o valor-de-uso como “boni patres familias” e o valor-de-uso como criação do homem. Tal é a forma real das sociedades do pré-capitalismo. E o fundo geral de uma economia de mercado moderna centrada na transfiguração de tudo no valor-de-troca e no dinheiro. Isto designa duas ontologias.

Na geografia riqueza e valor-de-uso são conceitos presentes, mas vagos e velados na reciprocidade das relações, no emprego e no entendimento. São conceitos implícitos e pouco formulados, particularmente quanto a suas contextualidades históricas. A riqueza é tanto o que está posto ao homem como oferta de bens e meios no quadro da natureza quanto o séquito dos bens que o homem acumula e oferece à troca na sociedade. Aqui, valor-de-uso não se distingue de valor-de-troca, e tudo se confunde com o dinheiro e preço no mercado, o dinheiro sendo ao mesmo tempo o símbolo da acumulação de riqueza e a chave do acesso a ela. Confunde assim as duas ontologias.

Assim, o valor de uso e o valor de troca são conceitos fortes no marxismo e, por hipótese, subjacentes ao conceito da atividade econômica na geografia. Creio residir no emprego dessas categorias a diferença e possibilidade de diálogo da geografia e do marxismo quanto às categorias da paisagem, da relação homem-natureza e o espaço em sua interação recíproca.

NATUREZA E ESPAÇO: AS DUAS FORMAS DE METABOLISMO NA HISTÓRIA

Substancializada na combinação das categorias da natureza e do homem no trabalho – ao mesmo tempo como amálgama e como âmbito de origem da sociedade –, a idéia de riqueza como algo vinculado à satisfação das necessidades humanas ou acumulação de poder é no fundo um tema e um conceito comum à geografia e ao marxismo. Na geografia, é um tema de presença forte. No marxismo, todavia, só o é quando da reflexão deste sobre o modo de existência do homem enquanto homem hominizado no/pelo processo do trabalho.

Há, então, na organização geográfica das sociedades, duas formas de metabolismo: o metabolismo do trabalho realizado no sentido do valor-de-uso e o metabolismo do trabalho realizado no sentido do valor-de-troca. A primeira tem o caráter geral das realidades abstratas. A segunda, do real-concreto. Na primeira o metabo-

lismo explicita-se como uma relação de realização do homem como homem através do trabalho. Na segunda, como de alienação do homem pelo homem através da alienação do trabalho. Ambas se organizam em paisagem e espaço.

Os velhos geógrafos faziam a distinção da paisagem natural e paisagem humanizada, numa situação aproximada do que Quaini chama de sociedades sem história e sociedades com história (QUAINI, 1979). É uma linguagem que revela a distinção de uma sociedade em que o espaço expressa no visual de sua paisagem a presença de um metabolismo do trabalho centrado no processo da produção do valor-de-uso e uma outra sociedade em que o espaço expressa a subversão desse metabolismo pela conversão do uso do valor-de-uso em meio de produção de valor-de-troca. No primeiro caso, a presença direta dos elementos do metabolismo ambiental na paisagem revela a concentração e realização nessas sociedades na destinação do trabalho ao processo de hominização do homem pelo próprio homem através do trabalho. No segundo, a ausência desta realização, a antropologização do homem se fazendo através as mediações da economia do mercado, sendo os objetos tecno-mercantis determinantes na constituição visível da paisagem.

Faço aqui uma leitura que dirime o efeito da presença da técnica na constituição do visual da paisagem, efeito muito mais de um discurso do progresso das sociedades como produto do progresso da técnica que de uma realidade espacial ela mesma técnica. Dito de outro modo, divirjo de um discurso que dispensa a leitura crítica do desenvolvimento histórico seguido pela técnica, ocultado na ideologia do progresso da técnica como sinônimo de progresso civilizatório do homem, anulando a possibilidade da compreensão do processo que faz evoluir as paisagens naturais em consonância com o desenho natural das paisagens, assim diferenciadas segundo as condições ecossistêmicas de cada qual na superfície terrestre, contrariamente à que a substitui pela homogeneidade visual trazida pelos produtos desenhados na uniformidade padrão da técnica. Vale lembrar que a técnica faz parte da experiência ambiental do homem ao longo da evolução de sua história, numa tradição civilizatória em algum momento quebrada em proveito de um fazer técnico conforme com o discurso e as necessidades de padronização dos produtos que só é típica de uma economia de mercado. Tema a ser desenvolvido num próximo texto.

Pode-se, assim, também fazer uma distinção processual do metabolismo do trabalho em um metabolismo ambiental e um metabolismo espacial, numa concepção em que podem mostrar-se uma só unidade ou uma dualidade dicotômica, a depender do caráter social da sociedade. Numa sociedade técnica ambientalmente ambientada, são elas duas faces de um só metabolismo do trabalho, que se expressam então num mesmo visual da paisagem; mas nas sociedades técnicas ambientalmente desambientadas, viram dois movimentos que se mostram dicotômicos, dando na duplicidade histórica das paisagens naturais e paisagens humanizadas dos geógrafos de ontem, ou na paisagem da primeira natureza e paisagem da segunda natureza, ou paisagens naturais e paisagens socialmente produzidas, dos

ensaios da renovação dos anos setenta, de certo modo igualmente dicotômicas quanto ao metabolismo dinâmico do trabalho.

UM BALANÇO DOS DOIS ENCONTROS DO MARXISMO COM A GEOGRAFIA

Eis aí o plano que o marxismo abriu de possibilidade de convergência nestes dois momentos de encontro histórico com a geografia. Foi entretanto o nível do metabolismo espacial que em ambos momentos acabou por vingar. Donde a dimensão ontológica passar ao largo.

Ao centrarem o diálogo no entendimento restrito da categoria da natureza, do trabalho e da riqueza enquanto formas de expressão das categorias do valor econômico numa economia do mercado, o momento da geografia ativa e o momento da “geografia radical/crítica” deram como produto uma economia política do espaço basicamente.

A crítica do trabalho e do homem numa sociedade centrada no conceito de riqueza e do valor articulados ao processo da alienação humana e sua superação numa sociedade socialista, caiu nesse terreno. O discurso plantou-se no âmbito apenas gnoseológico. O plano ontológico do espaço do homem praticamente ficou de lado. E o projeto de renovar e unificar numa totalidade discursiva a geografia ficou no papel.

Na fase da geografia ativa não foram postos a dialogar a natureza e o homem no âmbito de uma relação metabólica do trabalho. E assim não logrou-se obter uma teoria totalizadora da organização do espaço terrestre. Uma tentativa de totalização foi feita no âmbito da chamada geografia física por Jean Tricart, através da constituição da morfologia climática, designação que, junto a André Cailleux, Tricart dá à fusão do clima, da geomorfologia, da hidrografia e dos movimentos diastróficos e tectônicos internos ao planeta, numa teoria unificada. Vendo-as como forças contrárias atuando por dentro (as forças de soerguimento e desnivelamento da superfície terrestre vinculadas à ação dos diastrofismos e tectonismos) e por fora (as forças de rebaixamento e nivelamento vinculadas aos fenômenos relacionados aos climas e à ação desgastadora das bacias fluviais) da superfície terrestre, numa espécie de dialética da natureza aplicada às paisagens geográficas, esta teoria explica a remodelagem permanente dessas paisagens, com foco de olhar privilegiado nas transformações do modelado do relevo terrestre. Mas uma forte fragmentação foi feita no âmbito da chamada geografia humana, que tornou impossível pensar-se qualquer sociedade em termos globais de espaço e de homem.

Assim, ao contrário, produziu-se um afastamento radical da geografia então formada daquela da tradição lablacheana e ritteriana, na qual, bem ou mal, todo geógrafo físico buscava fazer dialogar a natureza com o homem e todo geógrafo humano fazer dialogar o homem com a natureza, abandonando-se a tradição do estudo da relação homem-meio da geografia clássica, antes em troca gerando-se

uma geografia física pura e uma geografia humana fragmentada e pura. O espaço é eleito a categoria por excelência de unificação dos pedaços, mas depois de totalmente despedaçado. É por onde entram a técnica e o trabalho, e a concepção dessas categorias de laços como categorias de mediação, elas mesmas fragmentos. A obra de Pierre George é um exemplo emblemático (BITETI, 2003).

Na fase da “geografia radical/crítica” um esforço de unificação é feito através dos conceitos de espaço pelo lado da ação do homem e do meio ambiente pelo lado da ação da natureza, espaço e meio ambiente unificando-se no limiar do plano concreto dos territórios. As categorias econômicas de viés territorial, a exemplo da renda fundiária, são mobilizadas para este mister integralizante. Deu numa economia do espaço, de um lado e do outro, num viés teórico centrado no emprego das categorias do valor, da propriedade e da ação genética do trabalho, estruturadoras da totalidade vista como formação socioespacial. Há, todavia, o lado positivo da teoria. Nesta perspectiva, a organização geográfica da sociedade é um processo de valorização do espaço, isto é, de construção do espaço como movimento-produto da ação do valor enquanto conteúdo-chave da reprodução ampliada do capital, à qual é atribuída a condição de categoria central da constituição e articulação total da sociedade. Uma trama econômica prende então espacialmente os homens a uma sociedade centrada nas relações de classes e do capital. O resultado é a alienação: alienação espacial dos homens.

Embora não explícito, há uma transferência positiva de teoria da fase da geografia ativa para a da “geografia radical/crítica”. Em particular a geografia vista como uma ciência espacial da sociedade e da história, do espaço geográfico como produto do trabalho dos homens nos diferentes contextos históricos de sociedade e dos arranjos do espaço geográfico como dado estruturador das ações, das contradições e dos conflitos sociais de classes.

Mas passa-se também uma concepção de ciência e uma preocupação epistemológica que mexem permanentemente com o geógrafo, naquele primeiro (GEORGE, 1973) e neste segundo momento (SOJA, 1992; SANTOS, 1978 e 1996) de encontro do marxismo com a geografia, no sentido de uma acentuada intenção de fazer gnoseologia.

UM PARALELO: A DÉMARCHE COMUM DAS ONTOLOGIAS

Faltou a reflexão mais profunda do significado do espaço como ser-estar-do-homem-no-mundo, da mundanidade como o sentido da própria ação geográfica do homem em sociedade na história. Vale dizer, a dimensão ontológica.

E no entanto há um caráter ontológico histórico, aqui e ali velado, no tratamento do eixo natureza-homem-espaço nos diferentes estudos da geografia, como por exemplo: na afirmação de essência-existência na teleologia de Carl Ritter, na contingência humana de Paul Vidal La Blache, no espaço vital de Friedrich Ratzel, no

humanismo societário de Pierre George, no conteúdo técnico do espaço de Milton Santos, no impasse gnoseológico de Edward Soja, que percorre intensa e profundamente a história do discurso geográfico. São ontologias, expressas explicitamente em Soja (1993 [1988]), Harvey (1992 [1989]) e Santos (1996) nos tempos recentes. Ontologias convergentes com o marxismo, enredado também ultimamente no mesmo tema (LUKÁCS, 1979a e 1979b [1971]). Não por acaso os geógrafos citados são todos marxistas. No marxismo, o lócus da indagação ontológica é a sociabilidade, tema que conduz o significado da relação homem-meio como o cerne mesmo do fenômeno geográfico nele e na geografia.

Sabemos que o impulso da relação homem-meio na geografia é a necessidade de subsistência do homem, que vai resolvê-la pela transformação da natureza nos meios de que precisa. No decurso dessa transformação, o homem cria seu espaço e assim a sua própria sociedade. O fenômeno se expressa como uma solução econômica para um problema que é histórico. O trabalho é essa atividade de transformação da natureza em meios de subsistência e de produção de novos meios sempre repetidamente. E a paisagem humanizada é o resultado geográfico desse processo.

O impulso da relação no marxismo é a consecução da liberdade da necessidade pelo homem, cujo primeiro momento é o da liberdade como consciência da necessidade, sentido ontológico inicial marca o processo até o seu desfecho final do homem hominizado. O trabalho é o ato dessa consciência, é move-se e é movido embaixo dessa teleologia de realização da liberdade humana até o seu momento de hominização final. E é o tema da existência que atravessa a relação homem-meio do princípio ao fim. É o que Marx, junto com Engels, explicita numa passagem conhecida de *A Ideologia Alemã*:

A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos. O primeiro estado real que encontramos é então constituído desses indivíduos e as relações a que ela obriga com o resto da natureza. Não poderemos fazer aqui um estudo aprofundado da constituição física do homem ou das condições naturais, geológicas, orográficas, hidrográficas, climáticas e outras, que se lhe depararam já elaboradas. Toda a historiografia deve necessariamente partir dessas bases naturais e da sua modificação provocada pelos homens no decurso da história. Pode-se referir à consciência, à religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a reprodução dos seus meios de vida, passo em frente que é consequente da sua organização corporal. Ao produzir os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material (MARX e ENGELS, s/d: 18-19). Vê-se que o escopo almejado é assim a liberdade da necessidade.

Na geografia, a relação homem-meio é um movimento entendido como a busca da satisfação das necessidades materiais de subsistência, e que é também o termo da sua realização. No marxismo, é ela um processo que inicia-se no plano da consciên-

cia da condição material da existência humana e culmina na realização do homem, sua hominização, como um ser plenamente efetivado. E é aqui que se coloca o debate do tema da alienação do homem na história (não somente na moderna sociedade capitalista). Um tema que se explicita e se resolve ontologicamente.

PROBLEMAS DO CRUZAMENTO

A condição geográfica do homem-no-mundo centra a reflexão do marxismo e da geografia, portanto. Todavia, há o problema das mediações. Vale dizer, das categorias particulares com que o marxismo e a geografia dão conta e respondem aos temas dessa condição. Cabe perguntar se as categorias e conceitos do olhar de um servem como categorias e conceitos de olhar do outro. Em que medida as mediações teóricas do marxismo e da geografia de correspondem e necessariamente de distanciam. E se o olhar conceitual do marxismo é capaz de pensar e alcançar a condição por si mesmo ou se demanda mobilizar as categorias que são próprias apenas da geografia.

Estamos no tema metodológico das categorias de mediação, presente em qualquer plano de combinação e de cruzamento de discursos.

Geografia marxista ou teoria marxista da geografia?

O problema de ponto de coagulação precisa assim ser focado: cabe pensar fazer uma geografia dissolvida no universo conceitual e linguístico do marxismo ou um marxismo dissolvido no universo conceitual e linguístico da geografia? Ou significaria por o dilema: fazer uma geografia marxista ou uma teoria marxista da geografia? Um problema já arguido por Lukács, a propósito da constituição de uma teoria marxista da estética. E que encontrou uma resposta e uma equação completamente equivocados em ambos momentos do encontro da geografia e do marxismo. E foi o motivo porque pouco se fez de geografia e nada efetivamente de marxismo.

A resposta parece clara. Em se tratando da condição geográfica da existência humana, o olhar marxista é que deve afeiçoar-se ao arsenal categorial, conceitual e linguístico da geografia. Trata-se menos de fazer de Marx um geógrafo, ou esperar ver-se uma geografia nos escritos de Marx, que fazer da geografia uma forma de olhar pelos olhos de um referencial marxista, mas com as formas e categorias de olhar próprias. O olhar do marxismo emprestaria o foco.

O problema essencial do conceito

O problema é reiterativo e muito comum na relação entre as ciências e da ciência com a filosofia (temos aqui o caso dos conceitos de natureza e sociedade da

Sociologia, da Antropologia ou da Física trazidos mecanicamente para a Geografia). Assim, não cabe trazer o conceito de espaço dos filósofos para ocupar o lugar do conceito de espaço geográfico do geógrafo. Ou o conceito de percepção dos psicólogos ou da consciência da fenomenologia para substituir na geografia o conceito geográfico. Ou ainda o conceito de território de tantos e diversos campos, para substituir o conceito histórico e de valor concreto de território na geografia.

Não cabe pois ao marxismo dizer o que é a paisagem, o território e o espaço à geografia, mas a esta defini-los e constitui-los a partir dos próprios parâmetros e conteúdos do marxismo. E, com isso, analisar por meio dessas categorias a natureza, a sociedade e o homem segundo estes parâmetros.

Trata-se, antes, de, uma vez contextualizado o universo categorial e linguístico historicamente próprio e estrutural do olhar da geografia, um pressuposto evidente a qualquer cruzamento que se queira de qualquer campo com a geografia, fazer-se este olhar movimentar-se pelo campo dos conteúdos que remetem ao mundo e ao conceito de estar-no-mundo do marxismo.

Exemplo mais claro é a problemática da produção do conceito, e o papel do marxismo na elucidação das possibilidades do conceito na geografia. Vejamos o tema. Cada ponto da superfície da Terra, assim como cada fenômeno ou cada coisa ou objeto, reúne singularidades e universalidades com outros pontos. A questão resume-se à evidencialidade da particularidade nos espaços geográficos. Como procedê-la? O marxismo responde com a síntese triádica do singular-universal-particular que é próprio do enfoque dialético. Enfoque característico do marxismo, aplica-se igualmente à geografia. Uma vez localizados e distribuídos, e assim definidos para o fim da focalização das singularidades, os objetos da paisagem são comparados, em benefício da universalidade. Isola-se em cada um deles o que têm em comum, dispensando-se neste momento o que cada qual tem de específico. A reunião dos traços comuns leva à universalidade. Produzida a universalidade, volta-se aos aspectos específicos dos objetos individuais, de modo a isolar-se agora o que é peculiar, produzindo-se assim a singularidade. A conjunção da universalidade e da singularidade no objeto leva à particularidade, entendida como a síntese dialética do universal e do singular, e assim como unidade contraditória.

Tal é o modo possível de produzir-se um conceito dialético de região, lugar ou territorialidade, substantivando o método da geografia referenciado num modo de relação que vai do marxismo à geografia, não o contrário, mas sem que precisem dissolver-se reciprocamente um e outro, e um no outro, o olhar de um e o olhar do outro sendo assimilados e ao mesmo tempo mantidos.

O tema do pensamento crítico-superativo do marxismo e a geografia

O mesmo se dá com a perspectiva crítica, se o tema é a realização ontológica da liberdade histórica do homem. O ponto de partida necessária e exigível é aqui a

tomada de empréstimo do olhar crítico-superativo do marxismo pela geografia. Onde o ponto e o foco se concretizam? Se o ponto e o foco são realidades discerníveis, temos então formalmente produzidos o objeto e o tema, a possibilidade real e efetiva.

É no lidar com a contradição que explicita-se o movimento crítico-superativo, campo ontológico do homem por essência – o homem é um ser que pergunta, diz Aristóteles; um ser que dá respostas, diz Lukács –, ponto portanto comum ao marxismo e à geografia.

RUMO A UMA ONTOLOGIA MARXISTA DA GEOGRAFIA: A GEOGRAFICIDADE

O ponto de convergência das ontologias é o conceito de geograficidade. Cujo foco privilegiado é a paisagem, sua relação com o conceito de espaço e a realidade concreta do território.

Designamos geograficidade à condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade. O equivalente do que em filosofia Heidegger designa a mundanidade do homem. Ou em outro contexto Hegel designa o ser-estar do homem no mundo.

O acento marxista é o enraizamento dessa mundanidade de Heidegger, desse ser-estar-no-mundo de Hegel, no âmbito do metabolismo do trabalho. Metabolismo que, servindo ao marxismo como à geografia, assim em Marx se expressa: “Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano impulsiona, regula e controla com sua própria ação seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 1985: 202). Conceito que passa pelo tema da liberdade e da necessidade, e que a tradição marxista resume na “passagem do reino da liberdade para o reino da necessidade”. A existência realizando na mundanidade do espaço a relação da essência metabólica.

Está nessa raiz a direção que a ontologia marxista abre para a ontologia da geograficidade na geografia. Esquadrinhemos, numa decomposição da definição de trabalho marxista, essa relação de possibilidade.

Clarifiquemos, em primeiro lugar, o caráter metabólico. “Antes de tudo”, o trabalho é, diz Marx, uma relação de intercâmbio, um “intercâmbio material” que se passa entre o homem e as formas-forças naturais situadas dentro da própria natureza. Uma relação e uma troca de forças intra-natureza, e então de formas e conteúdos entre entes naturais, numa explicitação de suas essências. Essências naturais de

braços e pernas, cabeça e mãos que interagem numa reciprocidade interativo-integrativa com corpos de conteúdos essencialmente naturais. A seguir, o caráter teleológico. O trabalho é uma interferência do homem orientado no sentido consciente da reprodutibilidade da história natural agora como um processo de história socialmente humanizada, a reprodutibilidade social do homem se fazendo na concomitância da reprodutibilidade múltipla dos demais entes das coisas naturais. Realiza-se assim a diferença. A teleologia da reprodução do homem, que inexistente no plano das forças e corpos orgânicos e inorgânicos da natureza, socializa e dá novo rumo ao próprio processo da evolução da natureza. O metabolismo que transforma o homem, transforma a totalidade da natureza com que ele convive, o algo que se dá com a natureza-homem assim também se dá com as formas de natureza-natureza da natureza. Por fim, o caráter de salto ontológico. O homem socializa-se, socializando a natureza mesmo que diferenciadamente (diga-se, de passagem, que a socialização é um processo inerentemente presente à natureza; não é só o homem que metabolicamente muda e dá uma forma de face nova ao conteúdo natural das coisas da natureza, não só ele introduz produz trabalho, mas somente ele dispõe da capacidade de fazer a história natural mudar de qualidade e tornar-se uma história social da natureza). E, então, de realizar o salto ontológico do ser natural no ser social, mudando a relação de essência e existência sua e das próprias formas da natureza.

Resulta que o metabolismo é assim um campo rico de significações. Um campo sógnico, que a representação histórica qualifica como um mundo de riqueza que a todos igualmente se oferece. Vimos que essa possibilidade vem do fato de a natureza apresentar-se originalmente ao homem (no âmbito do metabolismo) como um vasto campo de valores-de-uso, que ele por meio do trabalho reconverte em valores-de-uso novos “imprimindo-lhes forma útil à vida humana”. E sabemos que a idéia de riqueza identificada à natureza e ao trabalho, e então à satisfação das necessidades que liberta o homem das contingências da reprodução orgânica, é o alimento do ideário “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades” do socialismo de inspiração utópica, e bem ainda do ideário socialista de Marx em que a “autodeterminação dos reais produtores” será a forma de existência de uma sociedade de uma outra essência social possível na história.

UM CONCEITO DE GEOGRAFICIDADE

A geograficidade é a existência em sua expressão espacial. O ponto ôntico-ontológico de tradução do metabolismo homem-meio no metabolismo homem-espço. Vejamos isto com mais clareza.

O metabolismo homem-meio é uma cooperação e uma divisão do trabalho, uma estrutura de relação organizada que aparece na paisagem na forma de um arranjo de espaço que “regula, impulsiona e controla” a coabitação entre os homens

(MOREIRA, 2001a e 2002). O espaço entra e atua assim como a mediação que ao tempo que organiza o metabolismo homem-meio em seus movimentos intra-natureza, coordena e orienta sua transfiguração no metabolismo social de uma sociedade organizada.

A geograficidade é o modo de expressão dessa essência metabólica - a hominização do homem pelo homem através do trabalho – em formas espaciais concretas de existência, algo que difere nos diferentes recortes de território da superfície terrestre. É o ser em sua totalidade geográfica concreta.

Cada ente desse espaço é uma particularidade, no sentido triádico da dialética marxista. E a geograficidade é em si a síntese da relação entre a essência e a existência e assim a própria totalidade concreta do ser. Daí que a espacialidade diferencial do existente é o próprio modo como se organiza a geograficidade (LACOSTE, 1988). Tema que já analisamos em outro texto (MOREIRA, 2001b).

Cabem aqui algumas observações sobre os conceitos. Primeiramente sobre o conceito de geograficidade. É um conceito de existencialidade, que contrapõe-se ao conceito de contextualidade. Tirado numa analogia do conceito de historicidade utilizada pelos historiadores, que é usualmente mais corrente na literatura geográfica contemporânea, a geograficidade extrapola o sentido puro do contexto, centrando seu conteúdo no sentido da existência ou do contexto (espacial) da existência. Em segundo lugar, sobre o conceito de existência. É necessário realizar-se um esforço de pensar a categoria existência no marxismo. Sabe-se que o par dialético da essência no marxismo é o fenômeno por onde se desenrola toda a reflexão acerca do ser e da ontologia. Daí também o contraponto habitual entre aparência e essência, a aparência sendo o modo de aparecimento da essência, portanto ente e existência. Por fim, em terceiro lugar, sobre a ontologia do espaço. Creio ser corrente aqui uma confusão de entendimento que é necessário esclarecer. Se a geograficidade pressupõe a indagação ontológica do espaço, o espaço é em si mesmo essencialmente a dimensão ontológica da geograficidade, só nesse sentido podendo-se falar da ontologia do espaço ou do espaço como ser (SILVA, 1982). A ontologia do ser geográfico é mais abrangente, rica e complexa que a ontologia do espaço. A geograficidade vai ontologicamente além.

Esclarece-se, também assim, o problema do método ontológico – aqui definido no campo do materialismo histórico – da geograficidade. A geograficidade parte do ente, vai da existência à essência – caminho mediado pela forma e pelo conteúdo – para retornar de volta ao ente e enfim explicitar o seu ser geográfico.

A geograficidade é, assim, o ser-estar espacial do ente. É o estado ontológico do ser no tempo-espaço. Um princípio válido e atribuível a qualquer ente – pode ser o homem, um objeto natural ou o próprio espaço (quando este é posto diante da indagação: “o espaço, o que é; qual a sua natureza) – seja qual for o caráter de sua qualidade. Sua reflexão se apresenta na indagação do ser do ente. No caso do homem, a geograficidade é a forma como a hominização enquanto essência do metabolismo exprime-se sua existência na forma do espaço. A geograficidade do

homem é então a forma como a liberdade da necessidade emerge e se realiza através da forma concreta de existência espacial na sociedade.

Clarifica-se, por fim, o caráter histórico da realidade ontológica. Sabemos que a liberdade da necessidade não se concretiza como realidade nas sociedades de classes, onde a propriedade privada do processo da produção e da distribuição da riqueza, a partir da apropriação privada dos meios de produção, em que se inclui a natureza, inviabiliza a hominização do homem de forma plena. E sabemos o papel de classes conferido ao metabolismo espacial nesse bloqueamento: a impulsão, a regulação e o controle que são próprios do metabolismo do trabalho, penetrado da estrutura social do capitalismo, através da propriedade privada e da metamorfose que converte riqueza e valor-de-uso em valor e capital, direciona a organização e o arranjo espacial da relação homem-meio no sentido da regulação da reprodutibilidade das relações de trabalho do capitalismo com fins da acumulação do capital. Assim definindo-se uma ontologia do ser social clara e historicamente determinada.

MARXISMO E GEOGRAFIA (A GEOGRAFICIDADE E O DIÁLOGO DAS ONTOLOGIAS)

Resumo: Os dois momentos em que marxismo e geografia se cruzaram numa reciprocidade de influências, o peso do diálogo foi dado à teoria do conhecimento. O atual momento prioriza a reflexão das ontologias.

Palavras-chave: Marxismo, Geografia, Geograficidade, Ontologia.

MARXISM AND GEOGRAPHY (GEOGRAPHICITY AND THE DIALOGUE OF ONTOLOGIES)

Abstract: During two moments of intercrossing between Marxism and Geography, reciprocally influenced, the stressing was to the knowledge theory. Nowadays we put emphasis on the reflection about ontologies.

Keywords: Marxism, Geography, Geographicity, Ontology.

BIBLIOGRAFIA

- BITETI, M.. (2003). A Geografia do Trabalho em Pierre George. *Revista Ciência Geográfica*, Ano IX, Vol. IX, no. 3. AGB-Bauru
- CHASIN, J. (1995). Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. In: Teixeira, F. (org.) *Pensando com Marx*. São Paulo: Editora Ensaio.
- CORDEIRO, R.C. (1995). *Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas*. Col. Filosofia. S. Paulo: Edições Loyola
- FOUCAULT, M. (1986). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1985). *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

- GEORGE, P. (1969). *Sociologia e Geografia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense
- _____. (1973). Problemas, Doutrina e Método. In: *A Geografia Ativa*. São Paulo: Difel.
- HARVEY, D. (1992). *Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola
- LACOSTE, Y. (1988). *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. S.Paulo: Papirus Editora.
- LESSA, S. (2001). *Mundo dos Homens – trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial
- _____. (1997). *A Ontologia de Lukács*. 2ª edição. Maceió: Edufal
- LUKÁCS, G. (1979a). *A Ontologia do Ser Social. A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- _____. (1979b). *Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- MARX, K. (1985). *O Capital. Crítica da Economia Política* livro 1, volume 1. São Paulo: Difel
- _____. (1975). Crítica ao Programa de Gotha. In: *Críticas dos Programas de Gotha e de Erfurt*. Lisboa: Editorial Estampa
- MARX, K. e ENGELS, F. (s/d). Feuerbach. In: *A Ideologia Alemã*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes.
- MORAIS, A.C. (1982). Em Busca da Ontologia do Espaço. In: Moreira, R. (org.) *Geografia: Teoria e Crítica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes
- MOREIRA, R. (2002a). Velhos Temas, Novas Formas. In: *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: Editora UPPR
- _____. (2002b). Teses Para Uma Geografia do Trabalho. *Revista Ciência Geográfica*. Ano VIII, Vol. II, N. 22. Bauru: AGB-Bauru.
- _____. (2001a). As Categorias Espaciais da Construção Geográfica das Sociedades. *GEOgraphia* ano III, no. 5. Niterói: PPGEU-UFF
- _____. (2001b). As Novas Noções do Mundo (Geográfico) do Trabalho. *Revista Ciência Geográfica*. Ano VII, Vol. III. No. 20. Bauru: AGB-Bauru
- _____. (2000). Assim se Passaram Dez Anos. A renovação da geografia brasileira no período 1978-1988. *GEOgraphia* ano II, no. 3. Niterói: PPGEU-UFF
- _____. (1999). A Diferença e a Geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia. *GEOgraphia* ano I, no. 1. Niterói: PPGEU-UFF
- OLDRINI, G. (2002). Em Busca das Raízes da Ontologia (Marxista) de Lukács. In: *Lukács e a Atualidade do Marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- QUAINI, M. (1979). *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra
- SANTOS, M. (1978). *Por Uma Geografia Nova. Da crítica da geografia à geografia crítica*. São Paulo: EDUSP/Editora Hucitec

- _____. (1993). Uma Ontologia do Espaço: noções fundadoras. In: *A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 1a. parte. São Paulo: Hucitec
- SILVA, A.C. (1982). O Espaço como Ser: uma auto-avaliação crítica. In: *Geografia: Teoria e Crítica*. Moreira, R. (org). Rio de Janeiro: Editora Vozes
- SOJA, E. W. (1993). Reafirmações: rumo a uma ontologia espacializada. In: *Geografias Pós-Modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Cap. V. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.